

## **POLÍTICAS DE ESPORTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DO PARANÁ: UM OLHAR PARA A ATUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS.**

Ana Carolina Felizardo da Silva (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Geovanni Marcos de Oliveira (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Fernando Augusto Starepravo (Orientador), e-mail: ra115445@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Biológicas e da Saúde/Maringá, PR.

CNPq/CAPES: Ciências da Saúde / Educação Física

**Palavras-chave:** pessoas com deficiência, esporte, municípios.

### **Resumo:**

A pesquisa buscou analisar as políticas de esporte para pessoas com deficiência nos municípios do estado do Paraná. Os dados obtidos nos mostram que aproximadamente 68% das cidades cadastradas no Paraná, não promovem práticas esportivas para pessoas com deficiência, o que reforça a ideia de que o dever do Estado não tem sido cumprido de modo eficaz. Em contrapartida, nas 126 cidades que ofertam alguma modalidade esportiva para as pessoas com deficiência, o esporte Futebol de 5 juntamente com o Futebol de 7 são disparadas as modalidades mais ofertadas entre esses municípios, corroborando o tratamento prioritário e diferenciado que o futebol tem no Brasil em comparação com as demais modalidades.

### **Introdução**

A marginalização social das pessoas com deficiência transitou desde a sua completa exclusão nas sociedades como a Grécia Antiga, até a marginalização subjacente na Idade Média. Já na primeira metade do século XX ocorre o aparecimento do modelo biomédico – o qual interpreta que as pessoas com deficiência devem se adaptar a sociedade, sendo as suas deficiências incapacidades a serem superadas – para se pensar a deficiência (MAIOR, 2015). Podemos entender que até essa época, ter alguma deficiência nunca foi algo bem visto, por sua vez a visão era que essas pessoas deveriam se moldarem aos padrões da sociedade.

Na atual definição de modelo social considera-se que a sociedade deve se moldar de forma que proporcione possibilidades equitativas a todos os seus membros, ou seja, as pessoas com deficiência devem se adaptar no sentido de cumprir normas sociais como qualquer outro cidadão, mas a sociedade deve incluir a pessoa com deficiência do mesmo modo que deve incluir as pessoas sem deficiência (MAIOR, 2015).

A efetivação da inclusão da pessoa com deficiência se deu por meio de leis e decretos que garantiam ao sujeito o direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer, assim como previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) define que:

a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: a bens culturais em formato acessível; a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e, a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos (BRASIL, 2015).

Partindo dessas exposições, o presente estudo busca analisar as políticas de esporte para pessoas com deficiência nos municípios do estado do Paraná por meio de uma revisão da literatura acerca do esporte para pessoas com deficiência; identificação das leis federais, estaduais e municipais que tratam do esporte para pessoas com deficiência; identificação dos municípios paranaenses que promovem políticas de esporte para pessoas com deficiência; e, verificação das principais manifestações e modalidades esportivas oferecidas por meio de políticas de esporte para pessoas com deficiência nos municípios.

## Materiais e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, descritivo, de natureza documental. Como procedimento da coleta de dados foi utilizado a análise documental de fontes primárias e secundárias, bem como das leis que abordam o assunto esporte para pessoas com deficiência, para atender aos objetivos de 1 - Revisar literatura acerca do esporte para pessoas com deficiência; e, 2 - Identificar as leis federais, estaduais e municipais que tratam do esporte para pessoas com deficiência. Já os objetivos: 3 - Identificar os municípios paranaenses que promovem políticas de esporte para pessoas com deficiência; e, 4 - Verificar as principais manifestações e modalidades esportivas oferecidas por meio de políticas de esporte para pessoas com deficiência nos municípios foram cumpridos utilizando o banco de dados do projeto "Gestão do Esporte nos Estados e Municípios / Inteligência Esportiva", desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná, em parceria com outras IES nacionais, inclusive a Universidade Estadual de Maringá. Os dados estão disponíveis publicamente em <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/index.php/nossos-relatorios-de-bi/>.

## Resultados e Discussão

Partindo dos objetivos três e quatro, que diz respeito aos municípios cadastrados no Paraná que promovem essas políticas públicas de esporte para pessoas com deficiência e quais modalidades são oferecidas, obtivemos as constatações que ao

todo das 399 cidades do estado, apenas 126 ofertam algum tipo de políticas públicas de esporte para pessoas com deficiência, que são separadas por três níveis, nível I (Formação Esportiva), nível II (Excelência Esportiva) e nível III (Esporte para Toda Vida), o que significa respectivamente, um contato inicial com algum esporte, podendo ser no âmbito escolar; excelência Esportiva refere-se ao alto rendimento, ao esporte de competição, que também pode ser iniciado na escola, porém visando competições de alto nível, ou clubes de esporte paralímpico; e por último, o esporte para toda vida que visa a qualidade de vida das pessoas com deficiência, dando enfoque a saúde e ao lazer.

Com o mapeamento das cidades do estado do Paraná, tivemos discussões entorno das cidades mais populosas como Curitiba, que por ser a capital deveria oferecer os três níveis, apontando apenas dois níveis (nível I e nível II), não denotando o Esporte para Toda Vida, que ao nosso ver seria um dos principais pensando na questão de saúde, lazer e sociabilidade da pessoa com deficiência. Em contrapartida, cidades como Salto de Itararé e Santa Cecília do Pavão, ambas com menos de 5 mil habitantes ofertam os três níveis. Podemos alegar que a questão populacional não é algo que se relaciona a oferta dessas políticas públicas de esporte para pessoas com deficiência pois cidades bastante populosas apresentam baixo índice de oferta dos níveis, enquanto cidades relativamente pequenas e bem menos populosas ofertam todos os níveis de políticas públicas de esporte.

As principais manifestações oferecidas por esses 126 municípios, apenas 104 apresenta a manifestação do nível I, 58 nível II e 78 nível III. Em relação às modalidades, o Futebol de 5 e Futebol de 7 são as modalidades principais que aparecem nesses três níveis, o que não é surpresa no país considerado “País do Futebol”. O Brasil é pentacampeão paralímpico no Futebol de 5 masculino, praticado por cegos, e também o futebol de 7 já conquistou 3 medalhas em Paraolimpíadas.

## Conclusões

A pesquisa objetivou não só apresentar benefícios das práticas esportivas para pessoas com deficiências, mas também o dever do Estado por lei em garantir o direito e inclusão de todos ao esporte. O mapeamento dos 399 municípios trouxe dados relevantes e concretos das políticas públicas de esporte em seus três níveis, apontando um número bem abaixo do esperado, sendo apenas 126 cidades ofertantes do total, variando de tamanho geográfico e populacional, contendo oferta de três níveis em cidades com menos de 05 mil habitantes, e por outro lado, cidades com mais de 100 mil habitantes apresentando apenas um ou dois níveis. Dentre estas cidades, a modalidade mais ofertada é o futebol adaptado, os números mostram a vasta promoção dessa prática em relação as demais, o que resulta em algo benéfico ao país, como citado o pentacampeonato da seleção brasileira masculina no futebol de 5, porém, salvo que essa modalidade é praticada apenas por cegos e homens. A pesquisa teve como foco destrinchar no estado do Paraná as políticas públicas de esporte a partir de cada município cadastrados, evidenciando a oferta ou não das mesmas, e também a contribuição a comunidade acadêmica de Educação Física a importância do esporte na qualidade de vida dessas pessoas,

visando tanto o bem-estar no nível III (Esporte para toda Vida), como o esporte de alto nível, que começa desde a Formação Esportiva até a Excelência Esportiva.

## Agradecimentos

Agradecimentos especiais ao órgão financiador do projeto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Professor Doutor Fernando Augusto Starepravo orientador da pesquisa.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. LBI, 6 de julho de 2015.

MAIOR, I. **História, conceito e tipos de deficiência**. Portal do Governo do Estado de São Paulo. 2015. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>. Acesso em: 06/10/2020.